

Políticas de comunicação, inovação tecnológica e novos modelos de produção e recepção – o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBDTV)

Communication policies, technological innovation and new production and reception models – the Brazilian Digital TV System

Elizabeth Rondelli*

O setor de audiovisual e, particularmente nele, a televisão, o meio de comunicação mais disseminado no Brasil, tem sido objeto recente de diversas decisões no plano das políticas de comunicação e da adoção de inovações tecnológicas rumo à implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital - SBTDV. O tema é complexo e polêmico em suas várias interfaces, apresentando um cenário no qual muitas definições ainda estão sendo tomadas para um sistema que será oficialmente inaugurado em dezembro de 2007.

Assim, debater os aspectos que levam à decisão de implantação do SBTDV remete à necessidade de se compreender as relações entre Estado e mercado e o modo como elas se traduzem em definições políticas, econômicas e tecnológicas que, de modo associado, influenciam os rumos da incorporação da TV Digital no país.

Em seus aspectos de definição política, o debate em torno da implantação do SBTDV faz ressurgir a necessidade de uma política nacional de comunicação que, por meio de um novo marco regulatório, estabeleça tanto a democratização do meio, evitando-se a histórica concentração oligopolista da propriedade, como a inclusão digital, facilitada pela convergência de mídias que é característica inerente a esta nova tecnologia.

No que tange às definições econômicas que envolvem o SBTDV, destacam-se questões como os modelos de negócios mais apropriados a este Sistema, bem como as novas formas de parcerias anunciadas; o pagamento de *royalties* pela tecnologia adotada; os impactos sobre a indústria eletro-eletrônica; os interesses, por vezes conflitantes, das empresas de radiodifusão, dos operadores de telecomunicações, do setor da indústria eletro-eletrônica e dos principais agentes governamentais; as possibilidades de geração de empregos em um novo mercado que exige trabalhadores bem mais qualificados; a compatibilidade com a renda do brasileiro dos preços a serem cobrados pelos novos aparelhos e serviços. E, em aspecto mais amplo, o que este sistema representa no novo ciclo de acumulação do capital e que tipo de inserção o país irá ter nessa nova realidade.

Por fim, em decorrência das definições políticas e econômicas, surgem as implicações tecnológicas que vão desde o debate sobre o papel e a importância da pesquisa para a inovação tecnológica como estratégia de fortalecimento das universidades e dos centros de pesquisa brasileiros, até aos usos possíveis da comunicação bidirecional (interatividade) pelos canais de retorno do sistema.

Diante deste cenário mais amplo, no artigo *Nas pegadas da TV Digital – como e porque o capital reinventou a televisão*, Marcos Dantas descreve o processo político-econômico da implantação da TV Digital nos EUA, Europa e Japão, contextualizando-o na última longa crise kondratieffiana do capitalismo. Nesses países, e num quadro de disputa entre eles, o Estado e os

* Doutora em Ciências Sociais e professora da Escola de Serviço Social da UFRJ

conglomerados industriais-financeiros unem-se na formulação de um projeto estratégico nacional de defesa e fortalecimento de suas indústrias de informação e comunicação, pois as compreendem como indústrias centrais para a geração de empregos qualificados, acumulação de riquezas e bem-estar social de suas populações, compreensão que está ausente, conforme aponta o autor, no processo de escolha do SBTVD.

O jogo de forças em nível internacional, apontado por Marcos Dantas, é também analisado no quadro brasileiro por Vicki Mayer em *Digital Television in Brazil: The View from Manaus*, ao descrever e analisar o impacto que a nova tecnologia inerente à produção da TV Digital terá na Zona Franca de Manaus, quarta maior cidade do país, depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no que diz respeito a receitas de produção interna. Apesar dessa condição, os grupos decisórios e de interesse que coordenaram as definições políticas da implantação do SBTVD se concentraram no Sudeste do país e alijaram Manaus do processo que decidiu o padrão adotado. Como afirma a autora, *across the spectrum of managers, labor leaders, and scientific researchers, the sense of being ignored in the policy process leading up to the selection of the Japanese digital standard was palpable. (...) For business leaders, the exclusion of the lobbying group for Manaus industrialists (CIEAM) and the inclusion of the lobbying group for Paulista industries (ELETROS) from any official negotiations in Brasilia were indicators of their peripheral role in making decisions that would transform their operations.*

Portanto, no aspecto das considerações a respeito do desenvolvimento de uma política tecnológica e de inovação brasileira que deveria ter sido levada em conta no processo de escolha do SBTVD, os dois autores, embora analisando a questão por diferentes ângulos - do cenário externo (Dantas) e do cenário interno (Mayer) -, indicam que predominou uma visão que situou o país num papel periférico, nesse momento em que parece ocorrer uma reorganização do capitalismo após a crise sistêmica iniciada nos anos 1970.

Do ponto de vista da análise mais propriamente política da definição do SBTVD, Valério Cruz Brittos e César Siqueira Bolaño, no artigo *Políticas de comunicação, Governo Lula e TV digital*, consideram que "na reestruturação do capitalismo, as inovações tecnológicas desempenham um papel primordial, estimulando o consumo, permitindo o funcionamento sincronizado de mercados e acelerando a transmissão de informações que impulsiona a globalização, apoiada, por sua vez, em políticas de liberalização e privatização. As mudanças não se limitam à ordem tecnológica, atingem também o conjunto do modo de regulação das comunicações em nível mundial. No caso do audiovisual e das telecomunicações, em especial, esse movimento traduz-se num processo generalizado de desregulamentação, reposicionamento do Estado e aumento da concorrência internacional. É nesse quadro que deve ser encarada a televisão digital terrestre."

Por esse prisma sobre o papel das inovações tecnológicas, e no caso da inovação que representa mais propriamente a TV Digital, os autores confirmam a suspeita de que não se levou em conta a "construção da política nacional de comunicação de que o país carece" permanecendo ainda no país o grande desafio de "contrariar a atual tendência hegemônica de exclusão e controle oligopólico dos mercados culturais". Neste aspecto, conforme os autores, as decisões do governo Lula foram hesitantes, apesar de apontarem que todo o processo de escolha do sistema ter-se iniciado ainda sob o governo de FHC.

Tal retrospectiva do processo de discussão e de decisão aparece muito bem documentada por Adilson Vaz Cabral Filho em seu artigo *Teses interativas sobre o debate analógico a respeito da novela da implementação da TV Digital no Brasil*. O autor descreve as negociações entre o recente processo decisório do SBTVD terrestre a ser adotado no Brasil, do ponto de vista das negociações entre governo e empresas, da mobilização e reivindicações das organizações da sociedade civil, bem como da movimentação de consórcios estrangeiros. Sustenta-se em uma

pesquisa bibliográfica e documental para apresentá-lo como um processo que carece da adoção de uma regulação compatível com o ambiente de convergência e interatividade a ser implementado, em que seja manifesta a construção de um sistema diversificado e plural, capaz de evidenciar toda a competência de nossos técnicos, artistas e produtores culturais.

Se o SBTVD será meio propício à democratização do acesso e produção de bens culturais, é algo que só com o tempo será possível avaliar. Por ora, o modelo estabelecido indica que nada será muito diferente do que é visto e conhecido, conforme poderá ser conferido em 2 de dezembro de 2007, quando oficialmente se inaugura a transmissão da TV digital apenas na capital paulista, cidade que concentra 12% dos televisores do país, e que traz aos radiodifusores e ao mercado publicitário e de eletroeletrônicos a possibilidade de novos negócios num mercado novo e fragmentado. Segundo estudos do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), encomendados pelo governo federal, as emissoras de TV deverão investir R\$ 5,5 bilhões em equipamentos nos primeiros cinco anos da mudança. E já a partir de dezembro, fabricantes de eletroeletrônicos começam a vender os *set-top boxes* (adaptador para conectar as TVs ao novo sinal), cujo custo final ao consumidor está atualmente estimado em cerca de R\$800,00. A estimativa da indústria é que até 2016 sejam produzidos 50 milhões de *set-top boxes*, o que pode gerar R\$ 125 bilhões pelo menos. Investimentos financeiros significativos trazidos por este novo cenário de inovação tecnológica no universo das mídias digitais.

Outros dois artigos que não se referem propriamente à TV Digital no Brasil, mas dizem respeito ao seu contexto maior de implantação que é o das políticas de tecnologia e inovação, são o de Hermílio Santos – *Inovação e arranjos institucionais: contribuições para uma análise teórica das redes de inovação* – e o de Marcello Cavalcanti Barra – *Triângulos compreensivos da ciência, tecnologia e inovação*.

Hermílio Santos, a partir da perspectiva neo-institucionalista, sustenta-se em literatura teórica pouco debatida no Brasil. Enfatizando o setor de novas mídias, analisa como as redes interinstitucionais de inovação têm papel importante nos arranjos voltados à inovação de processos e produtos por terem a capacidade de imprimir novas configurações à inovação pretendida e aos seus desdobramentos econômicos e sociais.

Cavalcanti Barra explora as relações entre tecnociência, inovação social e Estado (nacional e supranacional) e como tais relações interferem na compreensão do desenvolvimento e da distribuição e do uso da ciência e tecnologia e suas implicações no pensamento sociológico. Para proceder esta discussão, o autor toma como base o caso da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).